

PRESSUPOSTOS DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Vinícius Bandeira¹

Resumo: Buscaremos analisar a acumulação primitiva do capitalismo brasileiro do momento em que a América Portuguesa se inseriu, por força do pacto colonial, na divisão internacional do trabalho até o momento final do Segundo Reinado, quando o Brasil já desenvolvia seu próprio capitalismo, de natureza dependente. Assim, mostraremos que essa acumulação primitiva esteve diretamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo central em sua fase de maturação. De modo que a formação do capitalismo brasileiro, em sua fase inicial, é uma decorrência do fato de o Brasil ter sido colonizado dentro da lógica do pacto colonial. Lógica essa que o fez manter, após a independência, o mesmo modelo econômico agroexportador do período colonial, baseado no trabalho escravo, a despeito de a Constituição pautar-se pelo ideário liberal oriundo da Europa.

Palavras chave: Capitalismo brasileiro, dependência, modernização.

Abstract: We try to analyse the primitive accumulation of the brazilian capitalism since when the Portuguese America was forced to enter in the international division of the work until the final of the Brazilian Empire. Thus, we show that primitive acumulation was directly conditioned through development of the central capitalism in its phasis of maturity. The making of the brazilian capitalism, in its initial phasis, it is a derivation of the fact that the Brazil was colonized within colonial pact logic. Logic that make him to mantain, after the independence, the same economic model of exportation of the colonial period, in despite of the Constitution to be liberal.

Key-words: Brazilian capitalism, dependence, modernization.

MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA EM SUA FASE DE MATURAÇÃO

Ao adjetivarmos por capitalista o conceito modernização, fazemo-lo deliberadamente, o que implica admitirmos que modernização e capitalismo não têm necessariamente o mesmo valor semântico. Modernização surgiu basicamente da oposição da razão ao dogma escolástico. Representa, portanto, a vitória hegemônica da primeira sobre o segundo. Isso começou anteriormente à emergência do capitalismo. Quando Galileu Galilei demonstrou matematicamente a tese do heliocentrismo, cujas bases teóricas haviam sido consignadas por

¹ Pós-doutorando em História Social (USP). Doutorado em Sociologia (UFRJ). Mestrado em Ciência Política (UNICAMP).

Copérnico, já estava sendo arauto da irreversibilidade da vitória da razão. Tal vitória iria ser consolidada com a tese cartesiana do *cogito*. Entretanto, não era ainda a vitória do capitalismo, que começaria a ser impulsionada pela primeira revolução burguesa da história, a Revolução de Avis, pelas unificações nacionais e pelo expansionismo econômico (grandes navegações e colonialismo), concretizando-se com as revoluções britânicas (gloriosa e industrial) e francesa. Esse ciclo revolucionário capitalista incorporaria o ciclo revolucionário modernizador da razão contra a escolástica, redundando na modernização capitalista propriamente dita, fundada ideologicamente pelo iluminismo e pelo liberalismo, sob a liderança da burguesia.

Razão implica a autonomização do eu, o progresso material através da ciência e, sobretudo, da mais-valia. Todas estas premissas tornaram-se subjacentes à modernização e também ao capitalismo. De modo que, ambos tiveram a razão como gênese e base comuns. A modernização se tornou capitalista quando o elemento econômico passou a sobressair-se sobre os demais. Quando a burguesia conquistou a hegemonia diante da realeza, da Igreja e da nobreza. Esse processo de modernização capitalista teve duas fases que se complementaram: uma mercantil e outra industrial, a qual equivale ao capitalismo propriamente dito. Um processo que primeiro se consolidou na Inglaterra, algo descrito, entre outros estudiosos, por Marx, em *A acumulação primitiva* (MARX, 1982, Cap. XXIV), e por Polanyi, em *A grande transformação* (2000), e depois se disseminou pelo mundo. A Inglaterra foi o primeiro país do mundo a alcançar a síntese de revolução burguesa, através da Revolução Gloriosa e da Revolução Industrial. Foi, portanto, o primeiro país a concretizar a modernização capitalista.

As bases teóricas dessa modernização capitalista foram lançadas por Locke, quando este centrou a argumentação de seu liberalismo no direito inalienável (e natural) à propriedade, vendo esta como uma extensão da liberdade mediada pelo trabalho. A modernização capitalista começou a ser formulada por Locke e teve em Adam Smith a sua consecução teórica na forma mercado, o qual também, segundo Smith, tem como base o direito inalienável à propriedade, sob a mediação da lei da oferta e da procura, isto é, da “mão invisível”. Locke e Smith são os dois grandes

fundadores do liberalismo econômico, o qual viria a sobrepujar o liberalismo político, ressaltado por Voltaire, Diderot, Rousseau, Saint-Just e Robespierre, entre outros. A modernização capitalista privilegiou o primeiro tipo de liberalismo em detrimento do segundo. A Revolução Francesa é um exemplo universal desta nossa assertiva: teve o liberalismo político como elemento fundamental de sua deflagração e, ao final, em sua versão termidoriana, acabou impondo o liberalismo econômico. O Brasil, como veremos, foi caudatário do processo de modernização capitalista impulsionado pelo modelo de liberalismo econômico, em detrimento do liberalismo político, oriundo da Europa.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

No Brasil, a modernização capitalista penetrou em seu estágio mercantil quando do descobrimento, o qual foi justamente corolário do avanço da modernização capitalista que se processava na Europa, no estágio em que já estavam amadurecidos a formação dos Estados nacionais, o Renascimento, a Reforma e as grandes navegações, isto é, os movimentos básicos que impulsionaram a ascensão da burguesia. Enquanto nos séculos XVI e XVII a Europa vivia o seu processo de construção de revolução burguesa – a qual se consolidou primeiro na Inglaterra no final do século XVII -, por meio do fomento da atividade mercantil, da urbanização, da racionalização (através do Renascimento, da Reforma e do desenvolvimento da filosofia e da ciência), a América Portuguesa iniciava o seu processo civilizatório, no qual vigorariam instituições e situações que por muito tempo haviam perdurado na Idade Média: patrimonialismo, economia de base rural, domínios rurais predominando sobre a ainda incipiente vida urbana, analfabetismo, ignorância e hegemonia do pensamento dogmático católico, que se apoiava no regresso da escolástica (que fora vencida nos principais países europeu por volta do século XIV). Um processo civilizatório que aconteceria de forma indireta, pois não fora programado pela metrópole, que tinha por objetivo precípua extrair as riquezas naturais da colônia, impedindo-lhe de estabelecer um comércio interno e desenvolver atividades

econômicas que não fossem as determinadas pelo pacto colonial, entre as quais se destacavam a exploração do Pau Brasil, que logo seria substituída pela cultura de cana-de-açúcar. Isto atrasou a formação de um mercado interno, base para o avanço de uma modernização capitalista propriamente brasileira.

O pacto colonial estreitou laços utilitaristas entre as elites metropolitanas e as elites coloniais, através do lucrativo comércio agro-exportador. Estas últimas elites, de base rural e estamental, sob a anuência da Coroa, detinham a hegemonia em seus domínios rurais, nas poucas cidades que havia e no Estado local, isto é, o Senado da Câmara. Paulatinamente o pacto colonial ia sendo compelido pelo avanço da modernização capitalista, tanto a nível global quanto a nível de América Portuguesa, cujo desenvolvimento interno acabaria por colocar os interesses de elites coloniais, ávidas por autonomias política e econômica, contra os de elites metropolitanas. Essas contradições gerariam o sentimento nativista, que culminaria com a Independência. A transferência da capital da colônia para o centro-sul, isto é, para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763, e a transferência da corte para o Brasil, em 1808, representaram dois importantes saltos de qualidade em nossa modernização interna, trazendo um surto de urbanização, de vida cidadina. A vinda da corte equivaleu ao aporte do iluminismo entre nós. A partir de então, o Brasil, com grande atraso em relação aos países desenvolvidos e sendo destes caudatário, foi, *pari passu*, tornando-se capitalisticamente moderno em praticamente todos os campos do conhecimento: política, economia, medicina, administração pública, justiça, polícia, urbanismo... A Independência constituiu-se, no entender de Florestan Fernandes, na “*primeira revolução social que se operou no Brasil*”, pelo fato de ter-se distinguido “*sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da “era colonial”; como ponto de referência para a “época da sociedade nacional”, que com ela se inaugura*” (FERNANDES, 1981,p.31). A Independência foi, concomitantemente, revolucionária e conservadora: a infraestrutura herdada da colônia, representada pela grande lavoura e pela mineração, impunha o conservantismo ao processo revolucionário de natureza embrionariamente burguês. Apesar disto, houve ruptura a níveis jurídico e político, permitindo que o liberalismo atingisse grande

parte de nossa superestrutura. Florestan argumenta que o pós-Independência, mesmo não causando uma ruptura radical, possibilitou a que ocorressem transformações significativas – dos pontos de vista econômico, social, político e ideológico – que representaram um forte incremento em nossa revolução burguesa, alimentada de fora para dentro, com base na economia de continuidade colonialista, primeiro passo para a consecução do capitalismo dependente brasileiro. Assim,

Existem duas linhas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Uma, que se origina com a própria colonização e se prende aos desígnios econômicos do capitalismo comercial. Ela primeiro projetou o “senhor agrário” numa posição marginal e, mais tarde, o converteu em sujeito de transações econômicas, cujos agentes verdadeiros ficavam no exterior (...) A outra linha originou-se da autonomização política e das tendências históricas que ela engendrou, de criação de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais, sob modelos institucionais tomados da civilização ocidental moderna (FERNANDES, 1981,p.81).

As duas linhas de desenvolvimento constituíram um “*circuito fechado*”, devido ao caráter de dependência que marcou o nosso processo de modernização capitalista.

No momento em que o capitalismo competitivo atinge o apogeu, portanto, ele iria sofrer um forte solapamento não a partir de dentro da economia brasileira, mas a partir de fora (...) Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado, ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (FERNANDES, 1981,p.247 e 250).

Passamos por um processo de modernização substantivamente eivado pelo conservantismo, pois, a despeito da Independência, vigia a monarquia (constitucional), a escravidão, o modelo econômico agro-exportador, o voto censitário... Entretanto, ao longo do período imperial, o novo foi-se desenvolvendo no bojo do velho, o que equivalia à nossa via prussiana (Lênin), nossa revolução

passiva (Gramsci). O fato de o Brasil pós-independente continuar tendo a escravidão como principal fonte geradora de acumulação da classe dominante, impedia que tivesse êxito qualquer projeto de ingressar o país na via da industrialização. As elites dominantes estavam mais voltadas para a conquista da hegemonia no âmbito do Estado Nacional a ser construído do que levar o Brasil a um padrão europeu de modernização capitalista. Sem um projeto de industrialização a impulsionar a consecução da modernização capitalista brasileira, esta foi penetrando no território brasileiro majoritariamente como o fora no final do período colonial: através do aprofundamento da inserção da economia agro-exportadora na divisão internacional do trabalho. Quanto mais se aprofundava essa inserção, mais o Brasil se modernizava, importando mercadorias e também valores, mentalidades. Na virada do século XIX para o XX, essa inserção atingiu o seu primeiro apogeu, graças, principalmente, ao papel desempenhado pelo café na balança comercial brasileira. Foi nesse momento que alcançamos nosso primeiro grande surto de modernização capitalista, em termos econômico-social e ideológico, como iremos ver mais adiante. No entanto, ainda bastante atrasados em relação ao capitalismo central, fortemente dependentes deste e ainda sem uma industrialização substitutiva de importações, cujas bases iriam ser fundadas com a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, na década de 1940, tendo o seu *boom* com o desenvolvimentismo dos Anos JK. Nícia Vilela Luz, procurando ressaltar a debilidade da classe industrial e da industrialização no início do processo de modernização capitalista pós-Independência, assinala que

Anteriormente ao último quartel do século XIX, não tinha havido, no Brasil, um movimento coletivo, partindo da própria indústria, a favor da industrialização do país. Apenas alguns indivíduos ligados ou não a alguma indústria, mas certos que fora da industrialização não era possível alcançar o verdadeiro progresso econômico, tentaram despertar a nação, apesar dos inúmeros obstáculos que se opunham a esses novos rumos (LUZ, 1975, p.49).

A derrota do projeto industrialista estava ligada a questões materiais – antes de questões ideológicas – intrínsecas à sociedade brasileira, isto é, o fato de vigorar a escravidão e a economia agro-exportadora obstava a que vingasse a

industrialização entre nós. José Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, fervoroso discípulo de Adam Smith, em *Observações sobre a fraqueza da indústria e estabelecimentos da fábrica no Brasil*, reconhecia, ainda no período pré-Independência, que, por termos uma densidade demográfica assimétrica, pendendo para um bem maior número de escravos em detrimento dos homens livres, estávamos condenados a um destino agrícola enquanto durasse a escravidão (apud CALDEIRA, 1999, p.350). Porém, à revelia do dominante projeto agro-exportador, o Brasil viveu um movimento industrialista e uma industrialização incipiente antes de nosso primeiro surto de desenvolvimento dos anos 1870. Nícia Luz cita como exemplo os inconfidentes mineiros que, em seu ideário de rebeldia contra o jugo lusitano, defendiam a instalação de manufaturas como meio de avançarmos nas pegadas dos países mais desenvolvidos de então. Ela acrescenta que até o fortalecimento do café como principal produto de exportação, a ideologia industrialista, a despeito da já aludida debilidade da política da classe industrial, lutava por obter subsídios governamentais, cujo primeiro ponto máximo no período imperial, foi o protecionismo expresso pela tarifa Alves Branco (1844), que na prática, não logrou dividendos para a indústria pelo pequeno impacto desta na economia brasileira. O surto da cultura cafeeira recrudescer a pujança do agrarismo sobre o industrialismo (LUZ, 1963, p.271-275).

Como exemplos de industrialização incipiente, ainda no Primeiro Reinado, Herculano Gomes Mathias elenca uma série de fábricas brasileiras, produzindo para o mercado interno: “*fábrica de móveis, tecidos, chapéus, sabão, artigos de couro, latoeiros e tanoeiros, ourives, carruagens, construção naval, velas, serralherias, olarias e pedreiras*” (MATHIAS, 1975, p.26). Era mais lucrativo para as elites agrárias continuarem reproduzindo o seu capital mercantil na circulação, permanecendo como um apêndice do capitalismo central, do que concentrar investimentos na produção, o que as obrigaria a serem suficientemente competitivas para assenhorear-se de fatias consideráveis dos mercados interno (dominado pelo capital estrangeiro, sobretudo britânico) e externo, algo inviável à época. Assim, esse utilitarismo foi o principal fator a fazê-las manter o mesmo

modelo econômico do período colonial, freando nossa modernização capitalista, ou pelo menos conduzindo-a à marcha lenta.

José Evaldo de Mello Doin defende a tese segundo a qual o maior obstáculo à nossa modernização e maior responsável pela nossa dependência ao capitalismo central foi o endividamento externo leva a efeito no Segundo Reinado, gerando um processo de transferência de capitais para os credores – momento a Inglaterra –, ao invés de serem canalizados no processo de modernização (DOIN,1995,p.47-57). Parece-nos que ambos os fatores aqui expostos, a hegemonia do agrarismo e o endividamento externo, contribuíram decisivamente para o nosso atraso enquanto modernização capitalista. No entanto, a base de nossa modernização capitalista, embora atrasada, foi justamente esse modelo econômico agro-exportador – calcado no trabalho escravo -, sobretudo a partir da ascensão do café como carro-chefe de nossa economia. Tal modelo representou a nossa “acumulação primitiva”, a qual propiciaria a que déssemos um primeiro salto de qualidade no pós-1870 e o segundo no pós-1930, este representado pelo período de industrialização por substituição de importações.

A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO INCIPIENTE

O primeiro impulso significativo de nossa acumulação primitiva se deu através da Lei Eusébio Queiroz, em 1850, que extinguiu o tráfico negreiro, embora este tenha continuado a se desenvolver clandestinamente, em bem menor quantidade devido principalmente ao rígido controle da Grã-Bretanha. Também internamente o tráfico manteria uma sobrevida, mormente através da exportação de escravos do Nordeste decadente para o Sudeste em ascensão econômica. A Lei Eusébio Queiroz obrigou a que capitais, antes empregados no tráfico negreiro, direcionassem-se paulatinamente para investimentos fomentadores do mercado interno. Assim,

Os capitais liberados pela suspensão do tráfico negreiro buscam colocação nas atividades que têm perspectivas de desenvolvimento: é a fase em que Mauá consegue tomar as iniciativas que destacam o seu nome; em que aparecem as

primeiras ferrovias, as linhas telegráficas, a navegação a vapor se amplia no litoral brasileiro e nos seus rios; em que surge a parceria, no campo, associando-se e coexistindo o trabalho escravo e o trabalho assalariado. É, por todos os indícios, uma fase nova (SODRÉ, 1963, p.24)

A escravidão, que desde a colonização era o nosso sustentáculo econômico – além de ser o maior inibidor de nosso liberalismo político –, com a sua abolição gradual, inaugurada efetivamente pela Lei Eusébio Queiroz, deixaria de ser o entrave maior à nossa modernização capitalista, tanto no plano econômico, como nos políticos e ideológico. Vale consignar que a abolição representou, entre outros avanços, o início da formação de nosso trabalho assalariado, o maior pilar do modo de produção capitalista, por ser o único gerador de mais-valia. Um dos próceres do movimento abolicionista, Joaquim Nabuco, defendia que o fim da escravidão era imperativo não somente por razões morais, mas também por razões econômicas, pois o regime escravocrata, entre vários outros males por ele elencados, “*retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas (...) é um peso enorme que atrasa o Brasil no seu crescimento (...)*” (NABUCO, 1977,p.123-124). O surto do café veio substituir o declínio da produção açucareira e revigorar o poder das classes agrárias, o que implica dizer que o capital mercantil exportador iria continuar a dirigir a política econômica brasileira, e o faria mesmo com o fim (progressivo) da escravidão. O café, como o açúcar anteriormente, manteve sufocada a tese industrialista no Segundo Reinado, a qual somente ganharia força com a perda de competitividade da produção cafeeira no mercado internacional, devido, sobretudo à Primeira Guerra Mundial e à crise de 1929. O café não veio apenas para substituir o açúcar e, secundariamente, o algodão. Como bem acentua Nelson Werneck Sodré, o advento e a consolidação da economia cafeeira significou deslocamento de riqueza do nordeste para o sudeste, primeiro para o Vale do Paraíba e, logo a seguir, para oeste paulista, produzindo uma acumulação que seria um dos pilares – o outro seriam os investimentos estrangeiros, em particular os britânicos – a sustentar o nosso salto de qualidade em direção à abolição, ao surto de modernização capitalista a partir dos anos 1870.

(...) Mas o café, destacando-se, coloca em posição privilegiada uma nova região, aquela que se especializou na produção de café: há, assim, um deslocamento de riqueza, de renda, de uma zona à outra. Mais do que isso: não é uma zona geográfica nova, é uma estrutura de produção nova. Porque o café, realmente, herda a estrutura antiga, a estrutura colonial: herda a grande propriedade, herda o trabalho escravo. Mas, no seu desenvolvimento, transforma essa velha estrutura: gera o trabalho livre no campo, o trabalho assalariado. E altera, inclusive, as formas e as técnicas antigas, desde as que se ligam à viação, criando condições para o aparecimento da ferrovia, como as que se ligam ao sistema bancário. Quando o predomínio na balança exportadora passa de um produto a outro, pois isto revela um mundo de alterações (SODRÉ, 1963, p.24)

Este “*mundo de alterações*” de que fala Sodré, desenvolvido na segunda metade do século XIX, Caio Prado Júnior o identifica como sendo “*o momento de maior transformação econômica na história brasileira*” (PRADO JÚNIOR, 1980,p.192). Caio Prado foi pioneiro, já em 1945, a defender a tese de que o Brasil havia alcançado, com o ingresso dos anos 1860, o salto de qualidade que o fazia emergir “*para a vida moderna de atividades financeiras.*” Esse salto de qualidade representava o que ele denomina como nosso “*capitalismo incipiente*”, o qual era

O início de um processo de concentração de capitais que, embora ainda acanhado, representa ponto de partida para uma fase inteiramente nova. Ele servirá de motor para a expansão das forças produtivas do país cujo desenvolvimento adquire um ritmo apreciável. Sem contar os grandes empreendimentos como estradas de ferro e empresas de navegação a vapor, instalam-se, embora muito rudimentares, as primeiras manufaturas de certo vulto; o comércio, em todas as suas modalidades, se expande. Mas é sobretudo na agricultura que se observará este crescimento da produção. A lavoura do café, gênero então de largas perspectivas nos mercados internacionais, contará com uma base financeira e de crédito, bem como um aparelhamento comercial suficiente que lhe permitirão a considerável expansão (...) (PRADO JÚNIOR, 1980,p.193).

Visando demonstrar a sua tese, ele aponta números desse “*capitalismo incipiente*”, o qual ele faz questão de frisar que resulta de uma acumulação capitalista que provinha sobretudo da agricultura de exportação, isto é, do modelo econômico agro-exportador. Como números significativos, ele destaca que foram

fundados no decênio 1860 ”62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro” (PRADO JÚNIOR, 1980,p.192). A partir de 1870, esse surto de modernização capitalista se aprofundou, atingindo não somente atividades agrícolas e comerciais, mas também industriais e financeiras. Foi o nosso primeiro momento de industrialização (embora ainda incipiente) e de aparelhamento da vida financeira do país, representada pelo surgimento de diversos bancos e empresas fiduciárias, e de uma invasão de capital estrangeiro (sobretudo britânico), investindo basicamente em atividades ligadas a transportes (trem, bonde, navegação a vapor), iluminação pública, telégrafo, etc.

A PRESENÇA FINANCEIRA (IMPERIALISTA) BRITÂNICA NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

Nelson Werneck Sodré chama a atenção para um fenômeno novo em nossa balança comercial nesse período que estamos analisando. Dividindo a nossa pauta de importações em três períodos (1839-40/1843-44, 1870-71/1874-75 e 1902-1904), ele demonstra que nos segundo e terceiro períodos nós diminuimos a importação de manufaturas de algodão e de lã e aumentamos a importação de máquinas e ferramentas, além de carvão, o que retratava o nosso processo de crescimento de forças produtivas.

1839-40/1843-44		1870-71/1874-75		1902-1904	
Nº Mercadoria	%	Mercadoria	%	Mercadoria	%
1. Manufat.algodão	33,8	Manufat.algodão	29,2	Manufat.algodão	12,8
2. Manufat. lã	6,5	Manufat.lã	7,4	Bebidas	6,5
3. Farinha de trigo	5,9	Bebidas	6,6	Manuf.ferro e aço	6,3
4. Bebidas	5,7	Charque	4,8	Carvão de pedra	5,5
5. Manufat.linho	4,2	Ferragens	4,4	Farinha de trigo	5,5
6. Manuf.sêda	3,7	Manuf. Linho	4,2	Máq.e ferramentas	5,4

7. Charque	3,6	Obras de couro	3,9	Charque	5,0
8. Ferragens	3,2	Carvão de pedra	3,5	Trigo em grão	4,6
9. Manteiga	1,9	Ferro e aço	3,2	Arroz	3,1
10. Bacalhau	1,6	Farinha de trigo	3,0	Prod.Farmacêutico	2,8
11.Couros preparados	1,6	Máq.e acessórios	2,9	Bacalhau	2,6
12. Louças e vidros	1,6	Couros preparados	2,7	Gasolina e querosene	2,3
13.Manuf. Diversas	1,3	Manuf. Sêda	2,2	Manuf. lã	2,1
14.Azeites	1,3	Manteiga	1,9	Algodão em fio	1,9
15.Calçados	1,1	Sal	1,6	Papel	1,7
16. Chapéus	1,0	Papel e aplicações	1,6	Juta e cânhamo	1,6
17.Carvão de pedra	1,0	Prod.farmacêuticos	1,5	Manuf.louças, vidros	1,4
18. Ferro e aço	1,0	Louças e vidros	1,5	Manteiga	1,3
19.Prod.farmacêuticos	1,0	Calçados	1,2	Peles e couros curtidos	1,3
20. Sal	1,0	Roupas feitas	1,2	Manufat.linho	1,1
21. Papel e aplicações	0,8	Bacalhau	1,2	Pinho	1,0
22. Cobre	0,6	Cobre	1,2	Armas e munições	0,9
23. Pólvora	0,3	Chapéus	1,0	Manuf.cobre	0,9
24. Obras de couro	0,2	Azeite	0,5	Ferro e aço	0,8
25.Máq. e acessórios	0,2	Pólvora	0,5	Cimento	0,8
Diversos	16,4	Diversos	7,1	Diversos	20,8

É oportuno destacar, no quadro que acabamos de apresentar, que a importação de máquinas e acessórios passou de 25º lugar, equivalendo a 0,2% do total das importações, para 11º (2,9%) e 6º (5,4%) lugares, registrando o nosso primeiro ensaio de processo substitutivo de exportação de manufaturas. Luís Edmundo fornece-nos a sua impressão sobre esse progresso civilizatório que ele próprio estava vivenciando:

(...) E é assim que aceitam o gás de iluminação (...) Somos o segundo país do mundo a assimilar o selo do Correio, de invenção inglesa; o terceiro país a inaugurar o caminho de ferro; dos primeiros a adotar a navegação a vapor, o telégrafo. A criação de uma junta de Higiene para zelar da saúde pública é coisa que espanta aos médicos da Europa que aqui aportam (...). (EDMUNDO, 1950,p.107).

Essa imensa transformação em termos de desenvolvimento econômico atraiu, como nunca até então, maciços investimentos de capital internacional, sobretudo britânico, voltados predominantemente para o setor de transportes (trem e bonde), modernização urbana (iluminação pública, esgotamento sanitário) e especulação financeira. Vale lembrar que era a época de afirmação do capital imperialista, da transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista, como analisaram Lênin, em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, e Hobbsbawn, em *A era do capital*. Maria Bárbara Levy assinala que a grande maioria das estradas de ferro em solo brasileiro, em fins do século XIX, pertencia a capitais britânicos (LEVY,1977,p.88). É ela quem nos informa acerca dos objetivos do capital financeiro britânico entre nós.

Os objetivos do capital financeiro inglês, o qual se instalara no Brasil antes de o fazer em qualquer outro país da América Latina, eram todavia de dimensões bem mais expressivas que a mera concorrência com os bancos nacionais. Se essas instituições financeiras estrangeiras angariavam depósitos em maiores proporções ou se ficavam com excelentes condições de se locupletarem com a especulação cambial graças ao direito ilimitado de saques sobre suas matrizes, o papel de maior relevância que exerciam era exatamente permitir que se operassem as exportações de capital inglês que passava de ser investido no Brasil. Esses bancos garantiam a preservação do Brasil como território a ser desfrutado pelos investimentos ingleses (LEVY, 1977, p. 88).

Foot Hardman e Victor Leonardi atribuem à concorrência britânica, especialmente via mercadorias têxteis britânicas, um dos fatores principais para que nossa industrialização, no último quartel do século XIX e início do século XX, não passasse de um estágio embrionário. Dando-nos uma ideia da evolução do nosso comércio com a Grã-Bretanha nesse período, eles indicam que em 1870

“havia 51 cônsules brasileiros em território inglês, para 31 em Portugal, seguindo-se em ordem decrescente, a Itália e a Espanha.” Eles ressaltam que nos três últimos países as atividades consulares estavam voltadas basicamente para questões de emigração, enquanto que com o primeiro país a questão axial era de base econômica. Dez anos depois, portanto em 1880, o número de cônsules brasileiros na Grã-Bretanha subiu para 72, passando para 190 em 1912. Eles demonstram que essa trajetória diplomática se desenvolveu na esteira do avanço comercial entre os dois países: *“o valor das vendas da Inglaterra para o Brasil aumentou 600% entre 1836 e 1912 (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p.44).*

O capital britânico, antes de assenhorear-se de setores de ponta da economia brasileira do final do século XIX, como transportes, urbanização (gás, esgotamento sanitário, iluminação...) e bancos, já detinha uma considerável penetração no nosso setor comercial desde o início desse século. Hardman & Leonardi ressaltam que, na primeira metade do século XIX, as principais ruas comerciais das grandes cidades brasileiras, entre as quais, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, São Luís e Belém, encontravam-se sob o controle de comerciantes britânicos, que nelas vendiam uma variada sorte de mercadorias estrangeiras. A penetração mercantil britânica traduzia-se por números eloquentes, pelos quais *“já em 1812 nosso país consumia 25% mais de mercadorias inglesas do que a Ásia inteira, e cerca de 4/5 do total absorvido pela América do Sul” (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p.46).*

O DESENVOLVIMENTO PROVOCOU MUDANÇAS DE MENTALIDADES

Com o nosso surto de modernização, a partir dos anos 1870, a penetração do capital estrangeiro, predominantemente o britânico, aumentou significativamente, concentrando-se nos setores de ponta que elencamos no parágrafo anterior, justamente os mais rentáveis. Essa modernização, eminentemente capitalista, dirigida pelo capitalismo central, provocava, como corolário, mudanças sociais e urbanísticas quase que imediatamente às mudanças de desenvolvimento econômico. Evidentemente, tratando-se de uma modernização

conservadora, as classes que mais se beneficiavam, tanto no plano econômico quanto nos político e ideológico, desse estouro de desenvolvimento, eram as classes senhoriais, particularmente os fazendeiros do oeste paulista, cuja produção cafeeira crescia de ano para ano, assim como os seus índices de exportação, até o surgimento de crises, mormente as advindas da Primeira Guerra Mundial e do crack de 1929, que debilitaram a rentabilidade do café no mercado internacional. Os fazendeiros paulistas se fortaleciam com o aumento da produtividade cafeeira (a qual, em grande parte, era efeito do recém-emprego de maquinaria em lugar da mão de obra escrava), através da associação com o capital estrangeiro e por meio de uma modernização empresarial que os atingia.

Florestan Fernandes observa que esse processo de amadurecimento do capitalismo brasileiro na virada do século XIX para o XX trouxe dois efeitos basilares, o primeiro expresso pela quebra da homogeneidade da “aristocracia agrária” e o segundo representado pelo surgimento de novos tipos de agentes econômicos, os quais emergiram premidos pela nova divisão do trabalho em escala local, regional e/ou nacional. Com a quebra da homogeneidade no seio dos senhores de terra, a parte mais desenvolvida (do ponto de vista capitalista) dos fazendeiros, os cafeicultores do oeste paulista, *“tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida (...)”* (FERNANDES,1981,p.27).

Ou seja, essa vanguarda senhorial sofreu um processo de aburguesamento, adaptando-se aos novos tempos, o que lhe facilitaria sobremaneira dilatar o seu poder sob o novo regime republicano, constituindo a república oligárquica, a qual nada mais seria do que a continuidade do “império oligárquico”. Assim, esse fazendeiro *“se viu compelido a repudiar o próprio status senhorial, para salvar-se, através do elemento burguês de sua situação”*. Essa metamorfose tinha por escopo *“manter, sob as condições inevitáveis de desagregação final da ordem escravocrata e senhorial, o monopólio do poder, o controle do Governo e a liderança da vida econômica nas mãos dos grandes proprietários”*(FERNANDES,1981,p.105). De modo que, os fazendeiros de café do

oeste paulista tiveram sufocada a sua ideologia rural pela nova ideologia capitalista empresarial que adquiriram em sua relação (dependente) com o capital internacional. Além disso, como salienta Florestan, em outro texto seu, eles se esforçavam para garantir mudanças sociais visando tão-somente seus interesses de classe, os quais eles faziam passar como “*interesses da nação*”, ao passo que “*os interesses da grande massa excluída são simplesmente esquecidos, ignorados ou subestimados*” (FERNANDES,1979,p.45).

A despeito desse avanço eminentemente conservador, faz-se mister que reconhecamos, houve mudanças sociais também para o grosso da população. A urbanização advinda desse processo de modernização conservadora ensejou o fortalecimento de uma classe média urbana que vinha despontando desde o período imperial – a qual teria peso majoritário no movimento abolicionista e viria a ter no movimento em prol da proclamação da república – e também, com o aumento da produção industrial, começou a sedimentar-se uma classe operária, a qual, influenciada por diversas correntes ideológicas, sobretudo anarquistas, estas trazidas pelos imigrantes, entraria em choques diversos com a “república oligárquica”. Essa urbanização também acentuou o caos urbanístico e social, traduzido pela proliferação da miséria, da insalubridade, da prostituição, da vadiagem, dos menores abandonados e delinquentes.

A EUROPEIZAÇÃO

Se a nossa revolução burguesa foi passiva, sob a forma de uma modernização conservadora, semelhante à via prussiana, a nossa “revolução cultural” aconteceu de uma forma mais rápida. Quase que concomitantemente, passamos a copiar os costumes do Velho Mundo, como se fôssemos uma “subcultura europeia”. No campo do desenvolvimento científico, houve também uma rapidez em copiarmos os países desenvolvidos. Isto por dois motivos que consideramos fundamentais: estávamos vivendo, quase tanto quanto eles, um processo efervescente de urbanização, o qual agravava vários problemas especificamente citadinos (insalubridade, “classes perigosas”, desordem

urbanística...) e, como segundo motivo, era altamente lucrativo para esses países vender-nos tecnologia, sendo-nos utilíssimo comprá-la, já que não tínhamos um desenvolvimento industrial e científico capaz de criá-la internamente. Daí que uma onda de cientificismo e de progresso tecnológico nos atingiu fortemente a partir dos anos 1870, o que representava um significativo fomento a nossa modernização capitalista. Durante o Segundo Reinado, o Brasil passou a ser caudatário, como nunca o fora até então, de progressos desenvolvidos na Europa ocidental – mormente França e Inglaterra – em diversas áreas do saber. Todo esse caldo cultural passou a influir sobre técnicos, cientistas, artistas, intelectuais e até políticos brasileiros. Mônica Pimenta Velloso chama a atenção para a reviravolta cultural que se deu no Brasil nos anos 1870. Até então havia um esforço em se forjar um nacionalismo cultural, tendo a figura do índio, do “bom selvagem”, como emblema de brasilidade. Havia uma intenção, liderada pelo romantismo, de se valorizar a cultura brasileira e contrapô-la à cultura europeia:

Datam do romantismo as primeiras reflexões sobre a nossa cultura. Através da temática do indianismo, seguida pelo sertanismo e caboclismo, temos uma auto-avaliação positiva da cultura brasileira, quando em confronto com a européia. Defendendo a nacionalidade literária, Gonçalves Dias, José de Alencar, Gonçalves Magalhães propõem a pesquisa de nossos usos e costumes expressos nas tradições populares. É a originalidade da civilização brasileira que importa resgatar através dessa literatura inspirada no folclore. O momento é de auto-afirmação das nossas riquezas culturais (VELLOSO,1988,p.7).

Os anos 1870, marcados pelo cientificismo e republicanismo, iriam reverter esse paradigma de nacionalismo, que passaria a ser distinguido como atraso civilizatório. Nos meios intelectuais brasileiros, “*o particularismo e a singularidade romântica são substituídos pelos ideais universalistas. Isso significa que a nossa cultura passa a ser avaliada por uma escala de valores padronizada*” (Ibid.). Ao invés do esforço romântico de se afirmar a cultura autenticamente brasileira, passou a haver um esforço de se evoluir em direção à cultura europeia, vista como superior. Dessa maneira, passamos a nos ver como uma espécie de

Subcultura européia, considerada inferior por integrar elementos arcaicos, bárbaros e selvagens. As investigações etnográficas de Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e João Ribeiro refletem esse ponto de vista. É a luz do ideário cientificista que esses intelectuais vão interpretar a cultura brasileira (Ibid.).

É de bom alvitre ressaltar que o nacionalismo professado pelo romantismo era idealizado, baseado na figura abstrata do índio, que àquela altura já teve suas terras usurpadas e suas nações praticamente exterminadas ou postas à margem do processo de construção de uma nação brasileira sem povo, isto é, sem uma efetiva participação popular nos processos decisórios da esfera pública. Há que se ressaltar também que um grande contingente populacional, justamente aquele que produzia o grosso da riqueza nacional, continuava escravizado. De sorte que, o ideário nacionalista levado a efeito pelo romantismo era, além de irrealista, elitista e conservador. A influência cultural maior nesse *fin de siècle* vinha da França, embora no campo econômico o Brasil continuasse mais ligado, dependentemente, à Inglaterra, o que começara a ocorrer ainda no período colonial – época em que Portugal passou a tornar-se refém de trocas mercantis deficitárias com a economia britânica – e perdurou até meados da década de 1930, quando os Estados Unidos passaram a ter um peso maior em nos tutelar cultural e economicamente.

Walhère de Selys Logchanps visitou o Rio de Janeiro em 1872 e no livro que escreveu sobre a sua estada aqui, intitulado *Notes d'un voyage au Brésil*, ele se confessava impressionado com a grande presença cultural da França entre nós, destacando que na rua do Ouvidor, principal artéria urbana da capital do Império à época, havia um predomínio do comércio francês e as tabuletas das lojas vinham em grande número escritas em francês. Outro fato que lhe chamou a atenção foi a considerável quantidade de brasileiros que falavam a língua francesa (apud TAUNAY, 1947,p.67). Luís Edmundo, coetâneo desse afrancesamento e que escreveu vários textos sobre essa época carioca, também se referindo à rua do Ouvidor na entrada do século XX, narra que

São francezas ou de nomes francezes, entre outras casas, no começo do século, as Madames de Dupeyrat (coletes), Madame

Estoueigt (alta costura), Madame Coulon (camisaria), Madame Douvizi (chapéus de senhora), Madame Rozenvald (florista), Lacurte (alfaiate), Madame Dreyfus (modas), Cailteau (confeiteiro), Garnier (livreiro). As casas chamavam-se NotreDame de Paris, Tour Eiffel, Carnaval de Venise, Palai Royal, L'Opera... (EDMUNDO,1938,p.78).

O Conde de Robiano, italiano que esteve no Brasil em 1874 e escreveu o livro *Dix Huit mois dans L'Amérique Du Sud*, conta que dois dos principais hotéis da cidade do Rio de Janeiro tinham nomes que faziam alusão laudatória à europeização que vimos de tratar: Hotel de Paris e Hotel da Europa (apud TAUNAY,1947,p.87). Gustave Aimard, que veio ao Brasil em 1850 e 1881, narra em seu livro (*Le Brésil nouveau, mon dernier voyage*) que, em sua segunda visita, encontrou, como novidade em relação à primeira, uma “*enorme multidão a circular de homens e mulheres vestidos segunda a última moda parisiense* (apud TAUNAY, 1947,p.142). Essa europeização era tão gritante que Afonso de Taunay faz troça dessa mania brasileira, mais precisamente carioca, de se “*copiar loucamente modas e costumes*” do Velho Mundo, chegando-se ao ridículo de praticamente oficializar “*o uso da sobrecasaca e da cartola, envergados dia e noite, apesar do sol, do clima e do pó*” (apud TAUNAY, 1947,p.89). Miram Latif, referindo-se especificamente à cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX, também enfatiza essa europeização de nossa cultura, a qual implicava um reconhecimento evolucionista do nosso atraso e do progresso europeu. Como atrasados, subdesenvolvidos, objetivamo-nos chegar ao nível da Europa desenvolvida.

Nada impede agora que o carioca tente se europeizar e, rompendo com o passado, tenha a impressão de que se tornou igualzinho aos homens de outras terras. Por toda a parte, no fim do século XIX, vive-se na dependência dos grandes centros industriais da Europa. O surto da Inglaterra e da França polarizam de tal forma a atenção do mundo, que todos estão a plagiar-lhes a arte e os modos de viver. Por toda parte aonde chegam caixas com encomendas de lã, chegam também modelos de casa à francesa e de arranjos de “home” à inglesa (LATIF, 1948,p.177).

Gilberto Freyre narra que o vestir-se à francesa atingiu gente de todas as classes sociais, desde os ricos até os capoeiras. E também gente de todas as idades. As crianças eram as que mais sofriam quando tinham que usar roupas francesas, “*de lã e de veludo ou com golas ou punhos de pelúcia*”, no clima tropical brasileiro (FREYRE, 1974, p.CXX).

CONCLUSÃO

Cabe-nos abrir um parênteses, à guisa de conclusão, para fazermos uma ressalva a uma possível equivocada impressão de que defendemos que esse nosso copiar europeu e sentimento de inferioridade civilizatória tenham começado exclusivamente no final do século XIX. Concordamos que nesse *fin de siècle*, sobretudo impulsionado pelo cientificismo evolucionista/positivista, o Brasil – e muitos outros países – aderiu ao *boom* de modernização capitalista que acontecia na Europa (mormente França e Inglaterra), buscando seguir seus passos. Entretanto, salvo o momento idílico e abstrato do nacionalismo idealizado pelo romantismo, as elites brasileiras, desde antes da construção do Estado e da sociedade pós-Independência – as rebeliões nativistas contra a metrópole são um exemplo eloquente disto –, não deixaram de sorver a cultura europeia, tendo-a como superior, um paradigma a ser copiado. A propósito, o nosso romantismo nada mais era do que uma imitação, adaptada por um segmento de nossas elites, do romantismo europeu. Assim como copiamos e adaptamos o romantismo, fizemos o mesmo em relação a várias outras correntes filosóficas e/ou artísticas vindas do além Atlântico. Não avançamos mais nesse copiar porque as nossas classes senhoriais, extremamente dependentes do trabalho escravo e do modelo econômico agro-exportador baseado nesta força produtiva (trabalho escravo), impediram que o Brasil se assumisse de imediato como uma subcultura europeia. Foi europeizado o que o regime escravocrata permitiu. Assim, imitamos de início o liberalismo europeu, dotando-nos de um liberalismo híbrido, no qual continuou a vigir a escravidão como principal fonte propulsora da riqueza nacional, além da

limitação de liberdade econômica (impedindo esta que a economia se baseasse no trabalho assalariado e numa autêntica livre-concorrência), política e ideológica. A nossa imitação do ideário europeu, embora limitada pela base escravocrata de nossa sociedade, foi uma constante durante todo o período imperial. Vale considerar que os filhos das elites, em geral, aprendiam a língua (além dos valores nela inseridos) francesa desde a infância. É interessante evocarmos o clássico estudo de José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, no qual ele analisa como as elites brasileiras – os filhos dos senhores de terras e de escravos –, durante o Império, foram ideologizados pela cultura europeia ao estudarem na Faculdade de Direito de Coimbra (com forte influência das novidades europeias), trazendo para o Brasil uma visão atualizada de modernização capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista. Ensaio sobre o Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- DOIN, José Evaldo de Mello. “**A dívida externa e modernização conservadora (1824-1864)**”. *Estudos de História*. Franca-SP, n.1, v.2, 1995.
- EDMUNDO Luis. **O Rio de Janeiro de meu tempo**. Vol.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- _____. **Recordações do Rio antigo**. Rio de Janeiro: 1950.
- FERNANDES, Florestan. “As mudanças sociais no Brasil”. In: **Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREYRE, Gilberto. “Tentativa de síntese”. In: **Ordem e progresso**. Tomo I. Rio de Janeiro: José Olímpio/MEC, 1974.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

- HARDMAN, Foot & LEONARD, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- LATIF, Miriam de Barros. **Uma cidade nos trópicos**. *São Sebastião do Rio de Janeiro*.
São Paulo: Martins, 1948.
- LEVY, Maria Bárbara. **História da bolsa de valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- LUZ, Nícia Vilela. “O industrialismo e o desenvolvimento econômico do Brasil, 1808-1920”. São Paulo. **Revista de História**, n.56,v.27,out-dez 1963.
- _____. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- MARX, Karl. **O capital**. *Crítica da economia política*. Vol. 1. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MATHIAS, Herculano Gomes. “O comércio e a indústria no Segundo Reinado”. **Annais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1975.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Da independência à república. Evolução do comércio brasileiro”. **Boletim de História**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de História. Faculdade Nacional de Filosofia. Universidade do Brasil. Ano V, n.7, agosto 1963.
- TAUNAY, Afonso de E. **No Rio de Janeiro de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tradições populares na belle époque carioca**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.